

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	296/2012	EDITAL Nº	PP-004/2012 – COHAB-LD
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, para a sede da COHAB-LD, conforme as especificações contidas no Anexo I do presente Edital.		
NATUREZA:	Prestação de serviços.		
ORIGEM DAS SOLICITAÇÕES			
DIRETORIA ATENDIDA:	Diretoria Administrativo-Financeira.		
PEDIDO ATENDIDO:	Termo de Referência nº. 003/2012.		
LOCAIS E DATAS DE PUBLICAÇÃO			
<ul style="list-style-type: none">• Jornal Oficial do Município, Edição de <u>02/02/2012</u>;• Jornal de Londrina, Edição de <u>02/02/2012</u>;• Página Oficial da COHAB-LD na Internet, de <u>02/02/2012 a 16/02/2012</u>; e• Quadro de avisos da COHAB-LD, de <u>02/02/2012 a 16/02/2012</u>.			
DATAS RELATIVAS AO CERTAME			
<ul style="list-style-type: none">• Consultas: até 48 (quarenta e oito) horas antes do recebimento das propostas;• Impugnações: até 5 (cinco) dias úteis antes do recebimento das propostas;• Protocolização dos envelopes: <u>até às 14h30min horas do dia 16/02/2012</u>;• Credenciamento dos representantes: <u>a partir das 14h30min do dia 16/02/2012</u>;• Abertura e avaliação das propostas: <u>dia 16/02/2012, após o credenciamento dos representantes</u>;• <i>PREGOEIRO (A): MARIA VERÔNICA SCIENA.</i>			
ENDEREÇOS			
ENDEREÇO ELETRÔNICO E TELEFONES PARA CONSULTAS: E-mail: compras@cohab.londrina.pr.gov.br – Fone: (43) 3315-2235 – Fax: (43) 3315-2232. Expediente: das 08h30min às 12h00min horas e das 14h00min às 17h30min.			
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO, ABERTURA E SESSÃO DE LANCES: Seção de Suprimentos da COHAB-LD, situada na Rua Pernambuco, nº. 1002, Centro, Londrina/PR.			
DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL			
Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem: <ul style="list-style-type: none">Anexo I - Do Objeto e demais aspectos relacionados;Anexo II - Do Credenciamento, das Exigências da Proposta Comercial e da Habilitação;Anexo III - Modelos sugeridos de Declarações/Procurações;Anexo IV - Minuta do Contrato Administrativo;Anexo V - Modelo sugerido da Proposta Comercial;			

A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD, pessoa jurídica de direito privado, torna público, através dos órgãos de divulgação constantes do preâmbulo deste, que realizará processo licitatório na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, visando a de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, para a sede da COHAB-LD, conforme as especificações contidas no Anexo I do presente Edital.

O processo será realizado em conformidade com a Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto Municipal nº 123, de 19 de fevereiro de 2008, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, aplicada subsidiariamente, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, além dos termos deste Edital de Licitação.

Os interessados deverão protocolar 2 (dois) envelopes na Seção de Suprimentos da COHAB-LD, na Rua Pernambuco nº 1.002, Centro, Londrina/PR, **até às 14h30min do dia 16 de fevereiro de 2012**, sob pena de estarem impedidos de participar do certame.

Caso não haja expediente na data originalmente estabelecida, ficam os procedimentos automaticamente transferidos para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários fixados anteriormente.

1. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

1.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que preencherem as condições de credenciamento exigidas neste Edital. O (A) Pregoeiro(a) efetuará a avaliação do ramo de atividade através do Contrato Social ou de outro documento oficial que indique o ramo de atividade do licitante.

1.2. Os licitantes que tenham manifestado interesse no certame poderão protocolar pedido de esclarecimento sobre o Edital em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, no endereço e horário discriminado no preâmbulo deste instrumento. O (A) Pregoeiro (a) deverá responder ao pedido apresentado em até 24 (vinte e quatro) horas. Caso a resposta ao pedido de esclarecimento importe em alteração do Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

1.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, devendo, neste caso, protocolar pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo, o(a) Pregoeiro(a) julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis. Caso a resposta ao pedido de impugnação importe em alteração do Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação as **pessoas jurídicas** regularmente constituídas e em pleno funcionamento que preencherem os requisitos exigidos neste Edital e seus Anexos.

2.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir elencadas:

- I- Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do artigo 97 da Lei Federal nº 8.666/1993;

- II - Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
- III - Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3. DO CREDENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. O credenciamento dos representantes será feito a partir das 14h30min do dia 16 de fevereiro de 2012. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.2. Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um único licitante.

3.3. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo autorização expressa do (a) Pregoeiro (a).

3.4. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Equipe de Pregão e juntados ao processo administrativo.

3.5. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.

3.5.1. A empresa que tenha apresentado proposta, mas não esteja devidamente representada, terá sua proposta acolhida, porém não poderá participar das rodadas de lances verbais.

3.6. Os envelopes contendo as propostas comerciais e os envelopes contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues fechados (e indevassáveis) na data e horário previsto no preâmbulo deste Edital e, na seguinte forma:

ENVELOPE DA PROPOSTA:

- **RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE**
- **PREGÃO Nº PP- 004/2012-COHAB-LD**
- **ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA COMERCIAL**
- **ENTREGA DO ENVELOPE:** (Colocar o horário máximo permitido para entrega).
- **ABERTURA DO ENVELOPE:** (Colocar a data e horário da abertura).
- **OBJETO:** Descrever o objeto constante do presente Edital.

ENVELOPE DA DOCUMENTAÇÃO:

- **RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE**
- **PREGÃO Nº PP-004/2012-COHAB-LD**
- **ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO**
- **OBJETO:** Descrever o objeto constante do presente Edital.

3.7. O envelope nº 1 deverá conter todos os requisitos exigidos para a proposta comercial, enquanto que o envelope nº 2 deverá conter a documentação para fins habilitatórios.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da presente licitação está descrito no Anexo I deste Edital, onde constam para o seu entendimento:

- I - A especificação e informações atinentes;
- II - O preço estimado e fonte de recursos;
- III - A forma de execução;
- IV - Os trâmites para pagamento; e
- V - As penalidades.

4.2. Os serviços a serem prestados deverão ser de BOA QUALIDADE, obedecer às normas e padrões a que estiverem sujeitos (ABNT, INMETRO, dentre outros), a fim de atender eficazmente às finalidades que deles se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

5. DA CONDUÇÃO DO CERTAME PELO PREGOEIRO

5.1. O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- I - Recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
- II - Credenciamento dos interessados;
- III - Abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos licitantes;
- IV - Condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- V - A abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação das propostas selecionadas;
- VI - Adjudicação da proposta de menor preço;
- VII - Elaboração de ata;
- VIII - Condução dos trabalhos da equipe de apoio;
- IX - Recebimento, exame e a decisão sobre recursos; e
- X - Encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e à contratação.

6. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A análise das propostas pelo(a) Pregoeiro(a) visará ao atendimento às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- I - Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- II - Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes; e/ou
- III - Que apresentem preço com valor acima do preço máximo previsto no Edital.

6.2. As propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor total da proposta.

6.3. As propostas classificadas serão selecionadas para a **etapa de lances verbais**, com observância dos seguintes critérios:

- I - Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços **até 10% (dez por cento) superiores** àquela;
- II - Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida no inciso anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três);
- III - No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – SESSÃO PÚBLICA/LANCES

7.1. Após a fase de “Classificação das Propostas”, o(a) Pregoeiro(a) dará seqüência ao processo de Pregão, passando para a fase da “Sessão Pública”, da qual só poderão participar os licitantes que tiverem suas propostas classificadas na fase anterior.

7.1.1. Na fase da “Sessão Pública”, os representantes dos licitantes deverão estar presentes na sala de licitações para a etapa de lances. A ausência do representante do licitante no horário previsto no preâmbulo deste edital indicará que não há interesse deste na apresentação de lances.

7.1.2. Após as devidas orientações e recomendações, o(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.1.3. O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.1.4. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances, mantendo-se último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.1.5. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, estipulada no **subitem 7.1.6.**, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

7.1.6. O valor mínimo admitido para redução entre os lances será estabelecido pelo Pregoeiro, na própria Sessão de Lances, em comum acordo com os licitantes aptos a formularem os lances.

7.1.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no art. 7º da Lei Federal 10.520/02.

7.1.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de lances.

7.2. Por força da Lei Complementar nº 123/2006, será considerado “**empate**”, quando, ao final da etapa de lances, **o licitante que esteja competindo na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte** tenha apresentado seu último lance com valor até **5% (cinco por cento)** acima do lance mais bem classificado de uma empresa não enquadrada, hipótese em que serão utilizados os seguintes critérios e procedimentos:

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado o lance com menor preço será comunicada “na sessão pública” pelo(a) Pregoeiro(a) para que apresente, caso queira, lance inferior ao mais bem classificado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos;

7.2.2. Uma vez que a microempresa ou a empresa de pequeno porte apresente lance de valor inferior, será classificada em primeiro lugar e declarada vencedora;

7.2.3. Haverá a preclusão do direito caso a microempresa ou empresa de pequeno porte manifeste desinteresse em reduzir o valor do lance, ou não o apresente no prazo estabelecido no **subitem 7.2.1.**, ou não esteja presente na sessão pública;

7.2.4. Não ocorrendo contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se situem no **intervalo de 5% (cinco por cento)**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.2.5. Caso haja equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas ou empresa de pequeno porte que estejam empatadas, realizar-se-á sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.2.6. Não havendo a contratação nos termos previstos anteriormente, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.2.7. Caso restem classificadas em 1º lugar mais de uma proposta com valores nominais idênticos, e uma delas for microempresa ou empresa de pequeno porte, o desempate se dará com o tratamento favorecido à microempresa ou empresa de pequeno porte, condicionado ao oferecimento de nova proposta de valor inferior àquele originalmente proposto;

7.2.8. Caso restem classificadas em primeiro lugar mais de uma proposta formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte, juntamente com uma ou mais propostas de médias ou grandes empresas, deverá ocorrer um sorteio entre as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresa de pequeno porte, para que a sorteada exerça o direito de oferecer nova proposta de valor inferior;

7.2.9. Não havendo redução de preço, será declarada vencedora a proposta que originalmente se encontrava em primeiro lugar.

7.3. No caso de não existirem lances verbais, serão considerados válidos os valores obtidos na etapa de “**Abertura das Propostas**”, desde que verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, ainda, o (a) Pregoeiro(a) negociar diretamente com o licitante, visando obter reduções adicionais de preços. Havendo empate na proposta escrita e não sendo ofertados lances verbais, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão.

7.4. Declarada encerrada a etapa de lances e classificadas as ofertas na ordem crescente de valor, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do preço das três primeiras classificadas, decidindo-se motivadamente a respeito.

8. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

8.1. Ao final da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) procederá à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação das três propostas de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias, sendo-lhes facultado o saneamento da documentação na própria sessão.

8.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.1.2. Havendo alguma restrição nos documentos de regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o **prazo de 2 (dois) dias úteis**, contados a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da COHAB-LD, para a regularização da documentação, sob pena de decair do direito à contratação.

8.1.3. Ultrapassado o prazo previsto no **subitem 8.1.2**, o licitante decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista na Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à COHAB-LD convocar o licitante remanescente, na ordem de classificação para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

8.2. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do(a) participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o(a) participante para que seja obtido preço melhor. O(a) Pregoeiro(a), observando o motivo do desatendimento das exigências habilitatórias, aplicará as penalidades previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

8.3. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao licitante autor da proposta ou lance de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada nesta fase a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observada as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital.

9.2. Para fins de julgamento, serão considerados os preços com até 02 (duas) casas decimais, sendo descartadas as casas decimais excedentes, procedendo-se o devido ajuste no preço global.

9.3. Na proposta ofertada deverão estar incluídos, obrigatoriamente, todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

9.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências contidas neste Edital, que forem omissas ou vagas, que impuserem condições diferentes das dispostas no presente, ou que contiverem preços ou execução condicionados a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza aqui não previstas, inclusive financiamentos subsidiados, bem como preço ou vantagem baseados nas propostas das demais licitantes, ou que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, como também aquelas que apresentarem alternativas.

9.5. Não serão aceitas propostas com preços de valor zero, irrisórios ou manifestamente inexecutáveis.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer.

10.2. Após a manifestação imediata, o licitante terá **prazo de 03 (três) dias** para a apresentação das razões de recurso, ficando desde logo intimados os demais licitantes para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término de prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, no final de cada Sessão, importará na preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo(a) Pregoeiro(a) à vencedora.

10.4. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado(a) legalmente ou não identificado(a) no processo para responder pelo(a) licitante.

10.5. A manifestação do recurso deverá ser, obrigatoriamente, registrada em ata, bem como conter a síntese das razões do recorrente.

10.6. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo(a) licitante.

10.7. Os recursos contra decisões do(a) Pregoeiro(a) não terão efeito suspensivo, podendo ser dado prosseguimento ao processo até à homologação, ficando vedada a aquisição/contratação sem que haja a decisão do recurso.

10.7.1. Caso não seja dado provimento ao recurso impetrado contra decisão do(a) Pregoeiro(a), o processo terá sua continuidade a partir do último ato executado.

10.7.2. Caso seja dado provimento ao recurso impetrado contra decisão do(a) Pregoeiro(a), os atos afetados pela decisão deverão ser retificados, em especial aqueles que alterem o resultado do certame e, por conseqüência, os atos de adjudicação e homologação.

10.8. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Adjudicado o objeto da licitação ao licitante vencedor, o(a) Pregoeiro(a) dará publicidade ao resultado do certame, encaminhando-o à autoridade superior para decisão final.

11.1.1. No caso de recursos, a autoridade superior procederá à adjudicação e homologação do certame, com a devida publicação dos atos.

11.2. A autoridade superior decidirá sobre a homologação do certame, retornando o processo ao(a) Pregoeiro(a), para publicidade e continuidade, na forma do Edital.

12. DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1. As obrigações decorrentes desta Licitação serão formalizadas através de Contrato Administrativo, conforme minuta prevista no **Anexo IV**, observadas as condições estabelecidas neste Edital, a legislação vigente e a(s) proposta(s) vencedora(s), independentemente de transcrição de qualquer parte do seu texto.

12.2. O Contrato Administrativo deverá ser emitido contendo, no mínimo, as seguintes condições:

- I - O objeto e seus elementos característicos;
- II - O preço, recurso financeiro e condições de pagamento;
- III - A forma, prazo e o local do fornecimento dos bens e/ou prestação dos serviços;
- IV - O prazo de execução do objeto e vigência contratual;
- V - O recebimento do objeto e a fiscalização do contrato;
- VI - A indicação do respectivo processo licitatório e os anexos contratuais;
- VII - As obrigações da Contratada e da COHAB-LD;
- VIII - Os casos de rescisão e sanções administrativas;

12.3. O licitante vencedor será convocado para assinar o Contrato no **prazo de até 3 (três) dias úteis** contados do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, podendo solicitar prorrogação desse prazo por igual período, por motivo justo e aceito pela COHAB-LD.

12.4. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, é facultado à COHAB-LD, examinando e verificando a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação e, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, proceder à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 10.520/2002, aplicada subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/1993.

12.4.1. A recusa injustificada do vencedor do certame em assinar o termo administrativo, dentro do prazo estabelecido, equivale ao **inadimplemento total do contrato**, ficando sujeito à multa contratual prevista na Minuta do Anexo IV, além das penalidades previstas na legislação pertinente.

12.5. A assinatura do Contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou por mandatário com poderes expressos.

12.6. É vedada a subcontratação parcial do objeto e a cessão ou transferência total ou parcial do Contrato, a quem não atenda as condições de habilitação e sem prévia autorização da COHAB-LD.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O Diretor Presidente da COHAB-LD poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado. A COHAB-LD poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

13.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.3. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele(a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.

13.4. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da COHAB-LD, a finalidade e a segurança da contratação, resguardado, ainda, o interesse público e os princípios norteadores da licitação.

13.6. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Jornal Oficial do Município.

13.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a).

13.8. A participação do(a) licitante neste Pregão implica em aceitação de todos os termos deste Edital e seus Anexos.

13.9. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por funcionários da COHAB-LD, inclusive membros da equipe de apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital.

13.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I - Do Objeto e demais aspectos relacionados;
- Anexo II - Do Credenciamento, das Exigências da Proposta Comercial e da Habilitação;
- Anexo III - Modelos sugeridos de Declarações/Procurações;
- Anexo IV - Minuta do Contrato Administrativo;
- Anexo V - Modelo sugerido da Proposta Comercial;

Londrina, 01 de Fevereiro de 2012.

MARCELO BALDASSARRE CORTEZ
Diretor Administrativo-Financeiro

JOÃO ALBERTO VERÇOSA SILVA
Diretor Presidente

Vistado sob o aspecto formal, nos termos do artigo 38, da Lei Federal nº 8.666/1993.

ANEXO I

DO OBJETO E DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância patrimonial armada na sede da COHAB-LD, conforme a seguir descrito:

Discriminação
01 (um) Posto de Serviço de Vigilância Patrimonial Armada com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, todos os dias do mês, de Domingo à Domingo, inclusive feriados, com a disponibilização de 4 (quatro) funcionários com escala de 12 por 36 horas, na sede da COHAB-LD, situada na Rua Pernambuco, nº 1.002, Centro, Londrina/PR.

1.2. Para a execução dos serviços a futura contratada deverá disponibilizar empregados em número suficiente, os quais trabalharão obedecendo ao horário estipulado no quadro do **subitem 1.1**.

1.3. Os vigilantes destacados pela futura contratada para a execução dos serviços deverão trabalhar uniformizados, identificados por crachás e devidamente munidos de revólver, cassetete, colete balístico e demais Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) exigidos pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria e pela legislação vigente, os quais deverão ser fornecidos pela futura contratada.

1.3.1. Os equipamentos a serem fornecidos pela futura contratada, quando a legislação assim exigir, deverão estar devidamente registrados perante a Polícia Federal e terão o número de série protocolado junto à Seção Administrativa da COHAB-LD.

1.4. Os empregados da futura contratada a serem destacados para a execução dos serviços não terão quaisquer vínculos empregatícios com a COHAB-LD, motivo pelo qual a futura contratada responderá por todos os encargos legais, em especial eventuais reclamações trabalhistas e recolhimentos previdenciários devidos, em razão da prestação dos serviços objeto desta licitação.

1.5. A fiscalização dos serviços ficará à cargo da futura contratada. A aferição dos serviços será de responsabilidade da COHAB-LD, através de sua Seção Administrativa, à qual a futura contratada estará subordinada diretamente. Qualquer ocorrência deverá ser comunicada a referida Seção Administrativa.

1.6. A futura contratada assumirá a responsabilidade por acidentes de trabalho dos seus empregados, ainda que ocorridos na sede da COHAB-LD.

1.7. Em caso de deficiência na prestação dos serviços, a COHAB-LD, solicitará da futura contratada a substituição dos vigilantes, obrigando-se esta a fazê-lo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação, escrita ou verbal.

1.8. O transporte dos empregados a serem utilizados para execução dos serviços até a sede da COHAB-LD será de inteira responsabilidade da futura contratada.

1.9. Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais que forem devidos, decorrentes da prestação de serviço objeto desta licitação correrão por conta exclusiva da futura contratada, que também se responsabilizará pelo cumprimento das obrigações tributárias.

2. DO PREÇO MÁXIMO

2.1. O valor global máximo para a prestação dos serviços de vigilância objeto desta licitação será de **R\$ 165.940,44 (cento e sessenta e cinco mil novecentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos)**, dividido em 12 (doze) parcelas mensais de **R\$ 13.828,37 (treze mil oitocentos e vinte e oito reais e trinta e sete centavos)** cada uma.

2.2. A contratação resultante da presente licitação será de valor fixo e irrevogável, sendo permitido, a pedido de uma das partes, somente adequações nos custos que compõem estes serviços, caso ocorram na legislação trabalhista, fiscal, previdenciária e outras alterações extinguindo-se ou criando-se encargos, diminuindo ou aumentando as alíquotas tributárias atuais, bem como dissídios/convenções/acordos coletivos da categoria profissional a qual pertencer o empregado, de modo a majorar ou reduzir o ônus das partes contratantes, quando, então o valor do Contrato a ser firmado, será revisto, visando-se o equilíbrio financeiro.

3. FONTE DE RECURSOS

3.1. As despesas decorrentes do presente serão suportadas com recursos próprios da COHAB-LD.

4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

4.1. O prazo de execução do objeto desta licitação será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato

4.2. A vigência contratual terá início a partir da data de assinatura do contrato, e se estenderá por 60 (sessenta) dias após o término do prazo de execução.

4.3. O prazo de execução poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, na forma do disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, de acordo com interesse e necessidade da COHAB-LD.

5. DA FORMA DE EXECUÇÃO

5.1. O objeto da presente licitação deverá ser executado em conformidade com o contido no Contrato Administrativo a ser firmado com a empresa vencedora do certame, cuja minuta encontra-se prevista no **Anexo IV**, além dos termos deste Edital e seus Anexos.

5.2. Os serviços serão aferidos pelas Seções Administrativa e de Pessoal da COHAB-LD, as quais verificarão se a qualidade dos mesmos correspondem às especificações exigidas e, caso seja constatada alguma irregularidade, será concedido um prazo de 03 (três) dias úteis para adequações, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3. Os serviços objeto deste Edital deverão ser entregue(s) acompanhado(s) de nota(s) fiscal(is) distintas, ou seja, constando o número do edital e contrato administrativo, o bem ou serviço, as quantidades, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

5.4. É de responsabilidade da empresa a ser contratada qualquer dano ou prejuízo causado às instalações e ao pessoal da COHAB-LD ou terceiros, por seus funcionários/prepostos ou seus pertences, correndo por sua conta exclusiva todas as providências e despesas decorrentes.

5.5. O recebimento definitivo do objeto da presente licitação, não exime a empresa CONTRATADA de ser responsabilizada, dentro das penalidades previstas na Lei Federal nº. 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666/1993, pela má qualidade que venha a ser constatada pelos serviços prestados.

6. DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente, após a execução dos serviços, em **até 5 (cinco) dias úteis**, após a entrega da Nota Fiscal/Fatura, constando o número do Edital de Licitação e do respectivo Contrato Administrativo, o serviço executado, as quantidades, o local e valor total, além das demais exigências legais, juntamente com os documentos que venham a ser exigidos da futura contratada para pagamento.

6.2. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida à futura contratada para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

6.3. O pagamento será efetuado após a comprovação de que a futura contratada se encontra em dia com o INSS e FGTS, mediante consulta “on-line” ao sistema de controle da Caixa Econômica Federal (CEF) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e, ainda a apresentação dos seguintes documentos:

- I - Folha de Pagamento, holerite, e cartão-ponto, devidamente assinados pelo profissional;
- II - Prova de Recolhimento do INSS, específica para os profissionais envolvidos na execução dos serviços contratados;
- III - Prova de depósito do FGTS específico para os profissionais envolvidos na execução dos serviços contratados;
- IV - Prova do pagamento da Apólice de Seguro;
- V - Recibo de Fornecimento dos Vales Transportes; Recibo de Vale Alimentação (tickets), e todas as contribuições, benefícios e responsabilidades previstas da Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria profissional.

6.4. A CONTRATANTE fará, por ocasião do pagamento à CONTRATADA, a retenção do INSS (contribuição para com a Seguridade Social), IRRF e ISSQN. Caso a CONTRATADA tenha provado a sua isenção de recolhimento dos referidos tributos, deverá apresentar mensalmente, no pagamento de cada Nota Fiscal/Fatura a referida prova, para que seja concedida a isenção pretendida.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O atraso injustificado na execução do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento) ou 20 (vinte) dias de atraso, calculada **sobre o valor da parcela em atraso**, isentando, em consequência, a COHAB-LD de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do vigésimo primeiro dia de atraso na prestação do serviço **será considerada a inexecução total do objeto**.

7.2. Havendo atraso de pagamento, pagará a COHAB-LD à empresa contratada multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 9% (nove por cento) **do valor da parcela em atraso**.

7.3. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento) calculada **sobre o valor total do Contrato**.

7.4. A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada **sobre o valor total do Contrato**.

7.5. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato, após o prazo estabelecido, para efeitos de aplicação de multa, **equivale à inexecução total da sua obrigação**.

7.6. A aplicação de multa, a ser determinada pela **COHAB-LD**, após regular procedimento que garanta a prévia defesa¹ da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no Art. 7º² da Lei Federal nº. 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/1993.

¹ Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

² “Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos”.

ANEXO II

DAS EXIGÊNCIAS DO CREDENCIAMENTO, DA PROPOSTA COMERCIAL E DA HABILITAÇÃO

1. DO CREDENCIAMENTO

1.1. Para o **CREDENCIAMENTO**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I - Tratando-se de representante legal, o **estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial** ou outro órgão competente de acordo com a legislação aplicável, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- II - Tratando-se de procurador, a **procuração por instrumento público ou particular**, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados no inciso anterior, que comprove os poderes do mandante para a outorga. O modelo encontra-se no **item 7 do Anexo III** deste Edital;
- III - **Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos**. O modelo da presente encontra-se no **item 1 do Anexo III** deste Edital;
- IV - **Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação**. O modelo da presente encontra-se no **item 2 do Anexo III** deste Edital;
- V - Tratando-se de **microempresa e empresas de pequeno porte**, para usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº. 123/2006, estas deverão apresentar a **Certidão expedida pela Junta Comercial** conforme consta no art. 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, acompanhada da **DECLARAÇÃO** de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006. O modelo da presente encontra-se no **item 3 do Anexo III** deste Edital;

2. DA PROPOSTA COMERCIAL

2.1. O envelope 1 (um) da licitação deverá conter a **PROPOSTA COMERCIAL**, elaborada considerando os seguintes requisitos e documentos:

- I - Ser preenchida, sem emendas, entrelinhas, ressalvas ou borrões que possam prejudicar a sua inteligência e autenticidade, podendo ser elaborada nos moldes do modelo sugerido no **Anexo V**, por meio mecânico ou em papel com timbre do licitante, e deverá conter:
 - a) O nome da empresa, CNPJ, Inscrição Estadual, endereço completo e telefone para contato;
 - b) O valor da **oferta mensal** e durante o **prazo de 12 (doze) meses**, expresso em real (R\$), em valor igual ou superior ao máximo estabelecido no **subitem 2.1, do Anexo I**, incluídos os encargos, tributos e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias para a prestação dos serviços, conforme previstos neste Edital;
 - c) Condições de pagamentos: Os pagamentos serão realizados em **até 5 (cinco) dias úteis**, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA, devidamente aceitos pela Fiscalização do Contrato, observado as disposições contidas no presente Edital e

seus Anexos e após a comprovação de a CONTRATADA estar em situação regular perante ao INSS e FGTS;

- d) Prazo de execução: O prazo de execução do objeto desta licitação será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato;
- e) Prazo de vigência contratual: Iniciará a partir da data de assinatura do Contrato e terminará 60 (sessenta) dias após a conclusão do prazo de execução;
- f) Validade da proposta: **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes;
- g) A declaração da proponente de conhecer e acatar as condições e normas inseridas no Edital e seus Anexos, bem como aceitá-las para todos os efeitos legais;
- h) Assinatura do representante legal da Licitante.

- II - Apresentar **Planilha com a Composição dos Custos** que compõem o valor mensal ofertado, devendo estar previsto o salário mensal e todos os benefícios, auxílios, contribuições e recolhimentos exigidos na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional e na legislação em vigor, observado os valores mínimos de piso salarial, benefícios, auxílios, contribuições e recolhimentos, sob pena de desclassificação;
- III - Apresentar, no mínimo, **01 (um) Atestado de Capacidade Técnica (ACT)**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já executou serviços com características, quantidades e prazos semelhantes ao objeto da presente contratação;
- IV - **Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos**. O modelo da presente encontra-se no **item 1 do Anexo III** deste Edital;
- V - **Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação**. O modelo da presente encontra-se no **item 2 do Anexo III** deste Edital;
- VI - Tratando-se de **microempresa e/ou empresa de pequeno porte**, para usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº. 123/2006, estas deverão apresentar a **Certidão expedida pela Junta Comercial** conforme consta no art. 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, acompanhada da **DECLARAÇÃO** de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006. O modelo da presente encontra-se no **item 3 do Anexo III** deste Edital;

2.2. A omissão da indicação na proposta das **alíneas “c”, “d”, “e” e “f” do inciso I**, não acarretará na desclassificação da proposta, mas implicará na aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

2.3. A não apresentação da documentação constante nos **incisos “I”, “II”, “III”, “IV” e “V” do subitem 2.1 deste Anexo II** acarretará na imediata **DESCLASSIFICAÇÃO** da proposta da licitante, salvo o exposto no **subitem 2.2** acima, considerando as observações dispensáveis na proposta comercial.

2.4. A não apresentação da documentação descrita no **inciso “VI” do subitem 2.1 deste Anexo II** não acarretará na desclassificação da proposta, porém, o licitante não gozará dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 caso se trate de microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.5. Ficará dispensado da apresentação da documentação prevista nos **incisos “IV”, “V” e “VI” do subitem 2.1 deste Anexo II**, caso o licitante já a tenha apresentado no momento do CREDENCIAMENTO, conforme previsto no **subitem 1.1 deste Anexo II**.

2.6. Caso esteja sediada em outro município, a licitante deverá apresentar a documentação competente que prove que **possui filial ou escritório que a represente na cidade de Londrina/PR**, com autonomia administrativa para responder pela empresa CONTRATADA, indicando inclusive a pessoa responsável, com poderes expressos para exercer todos os atos necessários para a execução do contrato, sendo que referido documento poderá ser apresentado ***até o momento da assinatura do contrato***, sob pena de incidir nas sanções previstas no **subitem 12.4.1**.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1. O envelope 2 (dois) da licitação deverá conter os documentos necessários à **HABILITAÇÃO** neste certame, sendo obrigatória a apresentação de:

- I - Prova de ramo de atividade compatível com o objeto licitado, por meio do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas últimas alterações que importaram em modificações do objeto social, do capital e da administração da empresa e lhe conferiram a feição atual, se houver devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;
- II - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- III - Prova de regularidade junto à Seguridade Social (INSS), mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND);
- IV - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, conforme Lei Federal nº 8.036/90;
- V - Prova de regularidade junto a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão conjunta negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- VI - Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;
- VII - Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal, devendo ser mediante apresentação de Certidão Negativa que envolva todos os Tributos (**Mobiliários e Imobiliários**), expedida como segue:
 - a) Pelo Município do domicílio ou sede da licitante e, também;
 - b) Pelo Município de Londrina, quando a licitante possuir domicílio ou sede em outro Município, de acordo com o Decreto Municipal nº 242, de 23/05/2001. Todavia, se o proponente não possuir imóvel ou estabelecimento nesta cidade de Londrina, poderá substituir a referida certidão por uma Declaração, firmada sob penas da lei, podendo ser utilizado o modelo constante no **item 4 do Anexo III** deste Edital;
- VIII - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos da Lei nº. 12.440/2011;
- IX - Certidão Negativa de Falência e/ou Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da empresa licitante;
 - a) Em caso de Certidão Positiva, deverão ser apresentadas as competentes Certidões Narrativas/Explicativas referente a cada ação judicial, ficando sujeita(s) à análise e aprovação do(a) Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio;

Obs.: As Certidões Narrativas/Explicativas deverão ser apresentadas com validade máxima de 60 (sessenta) dias, contados de sua expedição até a data de abertura dos envelopes.

- X - Certificado de Segurança, dentro do prazo de validade, expedido pelo Departamento de Polícia Federal no Estado onde será prestado o serviço, de acordo com a Portaria n.º 387, de 28/08/2006, do Ministério da Justiça;
- XI - Autorização para Funcionamento no Estado do Paraná, onde serão prestados os serviços, dentro do prazo de validade, expedida pelo Ministério da Justiça – Departamento de Polícia Federal, conforme estabelece a Lei nº 7.102, de 20/6/83, Decreto nº 89.056, de 24/11/83 e Portaria/DPF/MJ nº 387, de 28/08/2006, acompanhada da respectiva Revisão da Autorização de Funcionamento, exceto para as constituídas há menos de um ano;
- XII - Alvará de Funcionamento da licitante, expedido pelo Departamento de Polícia Federal – Ministério da Justiça, juntamente com a devida publicação no Diário Oficial da União;
- XIII - Declaração que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988, podendo ser utilizado o modelo constante no **item 5 do Anexo III** deste Edital;
- XIV - Declaração “Sócio que assinará o Contrato”, podendo ser utilizado o modelo constante no **item 6 do Anexo III** deste Edital. O referido documento visa unicamente tornar mais ágil o andamento do processo, sendo que sua não apresentação, não implicará na inabilitação do proponente;

3.2. Ficará dispensado da apresentação da documentação prevista no **inciso “I” do subitem 3.1 deste Anexo II**, caso o licitante já a tenha apresentado no momento do CREDENCIAMENTO, conforme previsto no **subitem 1.1 deste Anexo II**.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

4.1. Os documentos referidos nos **itens 1 a 3** deste Anexo poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou publicação em órgão da imprensa oficial. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade e são dispensadas de autenticação.

4.2. A documentação de que trata os **itens 1 a 3** deste Anexo deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas no preâmbulo deste Edital, e em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria, bem como não será permitida documentação incompleta, protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as exigidas neste Edital. **Não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que “não são válidas para fins licitatórios”.**

4.3. Caso os documentos referidos nos **itens 1 a 3** deste Anexo não mencionem o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua emissão.

4.4. Para fins do disposto na **alínea “b”, do inciso VII, do subitem 3.1** deste Anexo, define-se como estabelecimento, qualquer local onde são exercidas atividades inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes de Londrina (artigo 108 da Lei Municipal nº 7303/97 – Código Tributário Municipal). A falsa declaração do licitante, para fins do disposto no mesmo inciso, implicará na sua desclassificação no procedimento administrativo competente, além das implicações da legislação penal.

4.5. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que,

pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

ANEXO III

MODELOS SUGERIDOS
(Declarações e Procurações)

1. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO

A empresa licitante _____, inscrita no CNPJ nº. _____ com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ através de seu representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, inscrito no CPF sob nº. _____, **DECLARA**, sob as penas da lei e para os fins de participação no Pregão Presencial nº **PP-___/2012-COHAB-LD**, que, até esta data, **INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, bem como que tem pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e plena concordância com as condições constantes no presente Edital de Licitação e seus anexos. Declara, ainda, que esta empresa cumpre plenamente os **requisitos de habilitação** exigidos no procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº PP-___/2012, instaurado pela COHAB-LD.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

2. DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

DECLARAÇÃO

A empresa licitante _____, inscrita no CNPJ nº. _____ com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ através de seu representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, inscrito no CPF sob nº. _____, **DECLARA**, sob as penas da lei e para os fins de participação no Pregão Presencial nº **PP-___/2012-COHAB-LD**, que **CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** e, entrega, juntamente com a presente, o envelope contendo a indicação do objeto e preços oferecidos, além do envelope contendo as documentações habilitatórias do referido Edital.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

3. DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

DECLARAÇÃO

A empresa licitante _____, inscrita no CNPJ nº. _____ com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ através de seu representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, inscrito no CPF sob nº. _____, DECLARA, sob as penas da lei, ciente das sanções administrativas cabíveis e para os fins de participação no Pregão Presencial nº **PP-___/2012-COHAB-LD**, ser **MICROEMPRESA (ME) ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)** nos termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da LC nº 123/06.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

Observações:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC nº. 123/2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

4. DECLARAÇÃO NÃO POSSUI ESTABELECIMENTO NEM PROPRIEDADE IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE LONDRINA (SOMENTE PARA LICITANTES COM DOMICÍLIO EM OUTRA CIDADE);

DECLARAÇÃO

A empresa licitante _____, inscrita no CNPJ nº. _____ com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ através de seu representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, inscrito no CPF sob nº. _____, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins de participação no Pregão Presencial nº **PP-___/2012-COHAB-LD**, que **não possui estabelecimento nem propriedade imóvel no Município de Londrina.**

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

5. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CF;

DECLARAÇÃO

A empresa licitante _____, inscrita no CNPJ nº. _____ com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ através de seu representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, inscrito no CPF sob nº. _____, **DECLARA**, sob as penas da lei e para os fins de participação no Pregão Presencial nº **PP-___/2012-COHAB-LD**, que **não possui** em seu quadro permanente, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo os contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).
Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

6. DECLARAÇÃO “SÓCIO QUE ASSINARÁ O CONTRATO”.

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei e para os devidos fins, que os sócios proprietários (ou quem o estatuto de constituição societária designar) da empresa licitante _____, inscrita no CNPJ nº. _____ com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ são os Srs. _____ (nomes completos)_____.

Declaro ainda, que, no caso desta empresa ser vencedora do certame promovido pelo Pregão Presencial nº **PP-___/2012-COHAB-LD**, a pessoa que assinará o instrumento contratual será o(a) Sr(a). _____ (nome completo) _____, (nacionalidade) _____, (profissão) _____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, portador(a) do RG n.º _____ e do CPF n.º _____.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

7. PROCURAÇÃO;

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a empresa licitante _____, inscrita no CNPJ nº. _____ com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ através de seu representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, portador da CI/RG nº. _____ e inscrito no CPF sob nº. _____, residente e domiciliado em _____, **nomeia e constitui seu bastante procurador**, o Sr. _____, estado civil, profissão, portador da CI/RG n.º _____, e do CPF n.º _____, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no Pregão Presencial nº **PP-___/2012-COHAB-LD**, instaurado pelo COHAB-LD, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Local e data.

Assinatura

Nome do Responsável pela Outorga

(reconhecer firma)

ANEXO IV

**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº..... –
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL
ARMADA 24 HORAS NA SEDE DA COHAB-LD, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA –
COHAB-LD E A EMPRESA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº PP-004/2012 – COHAB-LD.

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato, de um lado, como CONTRATANTE, a **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA - COHAB-LD**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade de economia mista pela Lei Municipal nº 1.008 de 26 de agosto de 1965, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.616.760/0001-15, com sede nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Pernambuco nº 1.002, Centro, neste ato representada por seus Diretores Presidente e Administrativo/Financeiro, respectivamente, (*Qualificar Diretores*), ao final assinados, doravante denominada simplesmente **COHAB-LD** e, de outro lado, a empresa (*Qualificar a Empresa*), neste ato representada por (*Qualificar o Representante*), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, nos termos do Pregão Presencial nº 004/2012-COHAB-LD, fundamentado na Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, que, ao final, esta subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente Contrato, nas seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato Administrativo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância patrimonial armada na sede da COHAB-LD, conforme a seguir descrito:

Discriminação
01 (um) Posto de Serviço de Vigilância Patrimonial Armada com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, todos os dias do mês, de Domingo à Domingo, inclusive feriados, com a disponibilização de 4 (quatro) funcionários com escala de 12 por 36 horas, na sede da COHAB-LD, situada na Rua Pernambuco, nº 1.002, Centro, Londrina/PR.

§ 1º. Para a execução dos serviços descrito na Cláusula Primeira deste Contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar empregados em número suficiente, os quais trabalharão obedecendo ao horário estipulado na mencionada Cláusula.

§ 2º. Os empregados destacados pela CONTRATADA para a execução dos serviços deverão trabalhar uniformizados, identificados por crachás e devidamente munidos de revólver, cassetete, colete balístico e demais Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) exigidos pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria e pela legislação vigente, os quais deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

§ 3º. Os equipamentos a serem fornecidos pela CONTRATADA, quando a legislação assim exigir, deverão estar devidamente registrados perante a Polícia Federal e terão o número de série protocolado junto à Seção Administrativa da COHAB-LD.

§ 4º. Os empregados da CONTRATADA a serem destacados para a execução dos serviços não terão quaisquer vínculos empregatícios com a CONTRATANTE, motivo pelo qual a CONTRATADA responderá por todos os encargos legais, em especial eventuais reclamações trabalhistas e recolhimentos previdenciários devidos, em razão da prestação dos serviços objeto deste Contrato.

§ 5º. A fiscalização dos serviços ficará à cargo da CONTRATADA. A aferição dos serviços será de responsabilidade da CONTRATANTE através de sua Seção Administrativa e de Pessoal, à qual a CONTRATADA estará subordinada diretamente. Qualquer ocorrência deverá ser comunicada a referida Seção Administrativa.

§ 6º. A CONTRATADA assume também a responsabilidade por acidentes de trabalho dos seus empregados, ainda que ocorridos na sede da CONTRATANTE.

§ 7º. Em caso de deficiência na prestação dos serviços, a CONTRATANTE, solicitará da CONTRATADA a substituição dos vigilantes, obrigando-se esta, a fazê-lo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação, escrita ou verbal.

§ 8º. O transporte dos empregados a serem utilizados para execução dos serviços até a sede da CONTRATANTE será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

§ 9º. Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais que forem devidos, decorrentes da prestação de serviço objeto deste Contrato, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, que também se responsabilizará pelo cumprimento das obrigações tributárias.

§ 10º. É de responsabilidade da CONTRATADA qualquer dano ou prejuízo causado às instalações e ao pessoal da COHAB-LD ou terceiros, por seus funcionários/prepostos ou seus pertences, correndo por sua conta exclusiva todas as providências e despesas decorrentes.

§ 11º. O recebimento definitivo do objeto da presente licitação, não exige a empresa CONTRATADA de ser responsabilizada, dentro das penalidades previstas na Lei Federal nº. 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666/1993, pela má qualidade que venha a ser constatada pelos serviços prestados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ANEXOS CONTRATUAIS

Fazem parte integrante deste contrato, os seguintes documentos, como se nele estivessem transcritos:

I - Edital de PREGÃO n.º PP-004/2012-COHAB-LD e seus anexos;

II - Proposta da CONTRATADA, datada de ... de ... de 2012, e lance verbal efetuado durante a reunião, conforme ATA DE REUNIÃO datada de ... de ... de 2012.

§1º. Os documentos mencionados nesta Cláusula são considerados suficientes para, em conjunto com este Contrato, definir o seu objeto e a sua perfeita execução.

§2º. Havendo dúvidas ou divergências entre os anexos e este Contrato, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A COHAB-LD pagará à CONTRATADA o valor total de R\$... (...), em **12 (doze) parcelas mensais** de R\$... (...) cada uma, no mês subsequente à execução dos serviços.

§ 1º. Nos preços constantes nesta Cláusula já estão inclusos os custos, inclusive encargos, tributos e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias para a prestação dos serviços e o fornecimento dos equipamentos.

§ 2º. Os pagamentos serão realizados mensalmente, após a execução dos serviços, em **até 5 (cinco) dias úteis**, após a entrega da Nota Fiscal/Fatura, constando o número do Edital de Licitação e do presente Contrato Administrativo, o serviço executado, as quantidades, o local e valor total, além das demais exigências legais, juntamente com os documentos que venham a ser exigidos da CONTRATADA para pagamento.

§ 3º. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

§ 4º. O pagamento será efetuado após a comprovação de que a CONTRATADA se encontra em dia com o INSS e FGTS, mediante consulta “on-line” ao sistema de controle da Caixa Econômica Federal (CEF) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e, ainda a apresentação dos seguintes documentos:

- I - Folha de Pagamento, holerite, e cartão-ponto, devidamente assinados pelo profissional;
- II - Prova de Recolhimento do INSS, específica para os profissionais envolvidos na execução dos serviços contratados;
- III - Prova de depósito do FGTS específico para os profissionais envolvidos na execução dos serviços contratados;
- IV - Prova do pagamento da Apólice de Seguro;
- V - Recibo de Fornecimento dos Vales Transportes; Recibo de Vale Alimentação (tickets), e todas as contribuições, benefícios e responsabilidades previstas da Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria profissional.

§ 5º. A CONTRATANTE fará, por ocasião do pagamento à CONTRATADA, a retenção do INSS (contribuição para com a Seguridade Social), IRRF e ISSQN. Caso a CONTRATADA tenha provado a sua isenção de recolhimento dos referidos tributos, deverá apresentar mensalmente, no pagamento de cada Nota Fiscal/Fatura a referida prova, para que seja concedida a isenção pretendida.

§ 6º. A contratação resultante do presente Contrato será de valor fixo e irrevogável, sendo permitido, a pedido de uma das partes, somente adequações nos custos que compõem estes serviços, caso ocorram na legislação trabalhista, fiscal, previdenciária e outras alterações extinguinto-se ou criando-se encargos, diminuindo ou aumentando as alíquotas tributárias atuais, bem como dissídios coletivos da categoria profissional a qual pertencer o empregado, de modo a majorar ou reduzir o ônus das partes contratantes, quando, então o valor do Contrato a ser firmado, será revisto, visando seu ajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de execução do objeto desta licitação será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato.

Parágrafo único. A vigência contratual terá início a partir da data de assinatura do contrato, e se estenderá por 60 (sessenta) dias após o término do prazo de execução.

CLÁUSULA QUINTA – DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO.

O prazo de execução poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, na forma do disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, de acordo com interesse e necessidade da COHAB-LD, desde que preenchidos os requisitos legais.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Os serviços serão aferidos pelas Seções Administrativa e de Pessoal da COHAB-LD, as quais verificarão se a qualidade dos mesmos correspondem às especificações exigidas no Edital de Licitação e seus Anexos e, caso seja constatada alguma irregularidade, será concedido um prazo de 03 (três) dias úteis para adequações, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 1º. A Fiscalização deste Contrato será feita por funcionários da COHAB-LD previamente designados por Portaria, os quais efetuarão a conferência dos Relatórios apresentados mensalmente e a constatação da adequação do objeto contratado às especificações constantes no processo que deu origem ao presente Contrato, encaminhando as Notas Fiscais para a Seção de Suprimentos para que se proceda ao pagamento na forma da Cláusula Terceira.

§ 2º. No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições;

§ 3º. A fiscalização por parte da COHAB-LD não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da CONTRATADA em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização;

§ 4º. Caberá a fiscalização do Contrato:

- I - O acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, conforme descrito na Cláusula Sexta deste Contrato;
- II - O acompanhamento, aceitação, recebimento e constatação da adequação do objeto contratado às especificações constantes do processo que deu origem ao presente contrato;
- III - Exercer rigoroso controle do cumprimento do Contrato, em especial quanto à quantidade e qualidade, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato;
- IV - Averiguar da regularidade da CONTRATADA, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS, INSS, etc).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:

- I - Disponibilizar profissionais em número suficiente, os quais trabalharão obedecendo ao horário estipulado na Cláusula Primeira deste Contrato;
- II - Fornecer todos os equipamentos de segurança necessários a um trabalho seguro e de uso obrigatório (EPI), assim como crachá, uniforme revólver, cassetete e colete balístico;
- III - Garantir que os profissionais disponibilizados não tenham quaisquer tipos de vínculos empregatícios com a COHAB-LD;
- IV - Fiscalizar os serviços executados pelos empregados disponibilizados;
- V - Fornecer meio de transporte para os empregados se locomoverem até a sede da COHAB-LD;
- VI - Em caso de não atendimento às exigências da COHAB-LD, proceder a substituição do(s) empregado(s), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a comunicação feita pela COHAB-LD;
- VII - Providenciar substituto imediatamente, em caso de faltas, atrasos ou férias sem nenhum ônus ou acréscimo de valores, na prestação de serviços para a COHAB-LD, no período em que o empregado estiver ausente;
- VIII - Apresentar os documentos a seguir enumerados, em cada faturamento, sob pena de não recebimento dos valores mensais devidos:
 - a) Comprovante de pagamento mensal e cartão-ponto, devidamente assinados pelos profissionais contratados;
 - b) Prova de Recolhimento junto a Seguridade Social (INSS), específica para os profissionais envolvidos na execução dos serviços contratados;

- c) Prova de depósito do Fundo de Garantia (FGTS) específica para os profissionais envolvidos na execução dos serviços contratados;
- d) Prova do pagamento da Apólice de Seguro;
- e) Recibo de fornecimento dos Vales Transportes, de Vale Refeição, e demais contribuições e responsabilidades previstas na Convenção Coletiva da Categoria Profissional;
- IX - Encaminhar todo início de mês o Cartão Ponto do empregado disponibilizado para a Seção Administrativa da COHAB-LD, para que esta possa fazer o acompanhamento e controle da frequência do mesmo ao trabalho;
- X - Responsabilizar-se por acidentes de trabalho de seu empregado no desempenho das atividades de trabalho desenvolvidas ou em conexão com elas, mesmo que ocorridas na sede da COHAB-LD;
- XI - Cumprir rigorosamente a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional do empregado;
- XII - Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo causado às instalações e ao pessoal da COHAB-LD ou terceiros, pelo empregado disponibilizado para a execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva todas as providências e despesas decorrentes;
- XIII - Aceitar nas mesmas condições de sua PROPOSTA, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, conforme previsto na Lei Federal nº. 8.666/1993, a critério exclusivo da COHAB-LD;
- XIV - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela COHAB-LD, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto; executar o objeto nas condições e prazos estabelecidos no presente Contrato;
- XV - Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABILITAÇÃO e QUALIFICAÇÃO exigidas pela COHAB-LD;

Parágrafo único. Havendo divergências entre alguma disposição contida neste instrumento contratual, e no Edital de PREGÃO n.º PP-004/2012-COHAB-LD e seus anexos, será realizada avaliação para análise de qual prevalecerá, sempre visando à supremacia do interesse público.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA COHAB-LD

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações da COHAB-LD:

- I - Pagar os valores devidos no prazo avençado;
- II - Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, para a correta prestação dos serviços;
- III - Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços e suas etapas.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento) ou 20 (vinte) dias de atraso, calculada **sobre o valor da parcela em atraso**, isentando em consequência a COHAB-LD de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do vigésimo primeiro dia de atraso na prestação do serviço **será considerada a inexecução total do objeto**.

§ 1º. Havendo atraso de pagamento, pagará a COHAB-LD à CONTRATADA multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 9% (nove por cento) **do valor da parcela em atraso.**

§ 2º. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento) calculada **sobre o valor total do Contrato.**

§ 3º. A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada **sobre o valor total do Contrato**

§ 4º. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato, após o prazo estabelecido, para efeitos de aplicação de multa, **equivale à inexecução total da sua obrigação.**

§ 5º. A aplicação de multa, a ser determinada pela COHAB-LD, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido:

I - A critério da COHAB-LD, quando a CONTRATADA:

- a) Subcontratar no todo ou em parte o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa autorização da COHAB-LD;
- b) Não cumprir ou cumprir irregularmente qualquer obrigação contratual;
- c) Falir, dissolver a sociedade ou modificar sua finalidade de modo que, a juízo da COHAB-LD, prejudique a execução do Contrato;
- d) Outras hipóteses previstas no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993.

II - Pela CONTRATADA, quando a COHAB-LD inadimplir quaisquer Cláusulas ou Condições estabelecidas neste Contrato;

III - Amigavelmente, por acordo entre as partes.

§1º. Ocorrendo motivo que justifique e aconselhe, atendido em especial interesse do COHAB-LD, poderá o presente Contrato ser rescindido por mútuo acordo, recebendo a CONTRATADA o valor pela execução do objeto até a data da rescisão, excluída sempre qualquer indenização por parte do COHAB-LD.

§2º. Quando a rescisão se der pelo motivo previsto no item II, persistirá a responsabilidade do COHAB-LD pelo pagamento das fase do objeto executadas e não pagas.

§3º. Quando a CONTRATADA der causa à rescisão do Contrato, além da multa prevista na Cláusula Nona, e demais penalidades cabíveis, fica sujeita a uma das seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COHAB-LD, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

§4º. A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens relacionados nesta Cláusula, implicará a apuração de perdas e danos e sujeitará a CONTRATADA à retenção dos créditos decorrentes deste Contrato até o limite dos prejuízos causados à COHAB-LD, sem embargos da aplicação das demais penalidades previstas neste instrumento e providências legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes da presente contratação serão suportadas com recursos próprios da COHAB-LD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste Contrato, perante o Foro da Comarca de Londrina, não obstante qualquer mudança de sede da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter em Londrina um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E, por estarem justas e acertadas, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

LONDRINA, aos __ de _____ de 2012.

Diretor Administrativo/Financeiro

Diretor Presidente

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.) _____ 2.) _____

Vistado sob o aspecto formal, nos termos do artigo 38, da Lei Federal N° 8.666/93 e alterações.

ANEXO V

MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA DE PREÇOS

EMPRESA:	CNPJ:
ENDEREÇO:	TELEFONE:
MUNICÍPIO:	INSC. ESTADUAL:
<p>Pela prestação de serviços constante em 01 (um) Posto de Serviço de Vigilância Patrimonial Armada com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, todos os dias do mês, de Domingo à Domingo, inclusive feriados, com a disponibilização de 4 (quatro) funcionários com escala de 12 por 36 horas, na sede da COHAB-LD, situada na Rua Pernambuco, nº 1.002, Centro, Londrina/PR, apresentamos a nossa Proposta de Preços, obedecidas todas as condições fixadas no Edital:</p> <p>a) Valor da prestação mensal: R\$. _____ (_____).</p> <p>b) Valor total da prestação dos serviços, pelo período de 12 (doze) meses: R\$. _____ (_____).</p>	
<p>Condições de Pagamento: de acordo com o disposto no Edital e seus Anexos. Prazo de Execução dos Serviços: de acordo com o disposto no Edital e seus Anexos. Prazo de Vigência Contratual: de acordo com o disposto no Edital e seus Anexos. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes.</p>	
DECLARAÇÃO	
<p>A empresa signatária desta PROPOSTA declara conhecer e acatar as condições e normas inseridas no Edital de Pregão Presencial nº ___/2012 – COHAB-LD, bem como aceita-las para todos os efeitos legais, e, ainda, aceita em fornecer os materiais nos prazos e condições estabelecidas no referido Edital de Licitação e seus Anexos.</p> <p>Londrina, _____ de _____ de 2012.</p> <p style="text-align: center;">_____ Assinatura do Representante Legal da Proponente</p>	